

Empoderamento das Mulheres: Avaliação das Disparidades Globais de Gênero



Augusto Lopez-Claros, World Economic Forum
Saadia Zahidi, World Economic Forum



Tradução do documento *Women's Empowerment:
Measuring the Global Gender Gap*



WORLD
ECONOMIC
FORUM

COMMITTED TO
IMPROVING THE STATE
OF THE WORLD



World Economic Forum

91-93 route de la Capite

CH-1223 Cologny/Geneva, Switzerland

Telefone: +41 (0) 22 869 1212

Fax: +41 (0) 22 786 2744

E-mail: contact@weforum.org

www.weforum.org

Tradução e Edição: José Humberto Fagundes

Revisão final: Andreoli / MS&L

Fotos: Nair Benedicto / Cláudia Ferreira

Arte: Mauro Nunes Barbosa

© 2005 World Economic Forum

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida ou transmitida em qualquer forma ou meio, incluindo cópia e gravação, nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados.

Este estudo¹ constitui a primeira tentativa do World Economic Forum de avaliar a dimensão atual da disparidade de gênero. Foi elaborado considerando-se até que ponto mulheres de 58 países alcançaram igualdade em relação a homens em cinco áreas críticas: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, conquistas educacionais, saúde e bem-estar. Países que não capitalizam todo o potencial de metade de suas sociedades estão alocando de forma equivocada seus recursos humanos e comprometendo seu potencial competitivo. Ao consolidar dados disponíveis ao público via organizações internacionais, estatísticas nacionais e dados exclusivos da Pesquisa Executiva de Opinião do World Economic Forum, o estudo avalia a situação das mulheres em número significativo de países.

Mesmo à luz da crescente conscientização internacional em relação a questões de gênero, a realidade é perturbadora, pois nenhum país, até o momento, conseguiu eliminar a disparidade entre os sexos. Os países nórdicos foram os que conseguiram reduzi-la aos mais baixos índices, dos quais a Suécia detém a liderança mundial.

Depois, vêm Nova Zelândia (6), Canadá (7), Reino Unido (8), Alemanha (9) e Austrália (10). Nas últimas décadas, esses países obtiveram considerável progresso na remoção de obstáculos à participação plena das mulheres em suas sociedades. A França (13) posiciona-se à frente dos Estados Unidos (17) no rol das 58 nações. Sete nações do Leste da Europa figuram entre as primeiras 25, com a Letônia (11), Lituânia (12) e Estônia (15) obtendo as principais posições nesse grupo. O desempenho da Suíça (34), Itália (45) e Grécia (50) é fraco e deixa esses países em posição inferior à de outros do Leste da Europa e abaixo de nações latino-americanas como Costa Rica (18), Colômbia (30) e Uruguai (32). Brasil (51), México (52), Índia (53), Coreia (54), Jordânia (55), Paquistão (56), Turquia (57) e Egito (58) ocupam as últimas posições.

Essas comparações entre países atendem objetivo duplo: como marco para identificar pontos fortes e fracos, e como orientação útil a políticas que têm por base o aprendizado a partir de experiências dos países que obtiveram sucesso na promoção da igualdade entre mulheres e homens. O estudo realiza a mensuração real das disparidades de gênero nas cinco categorias identificadas acima e proporciona um quadro não-ambíguo para formulação de futuras políticas em cada um desses países. Ao quantificar a dimensão das disparidades em cada uma dessas categorias-chave, o estudo destaca áreas prioritárias para modificações.

SITUAÇÃO DAS MULHERES

Quadro Atual

As últimas três décadas são testemunhas da crescente e regular conscientização da necessidade de empoderamento das mulheres com medidas para aumentar a equidade social, econômica e política e ampliar o acesso a direitos humanos fundamentais, melhorar a nutrição, saúde básica e educação. No compasso da conscientização sobre a situação de subordinação da mulher, surgiu o conceito de gênero como arco (guarda-chuva) variável do ponto de vista sócio-cultural, considerado em relação a outros fatores, como raça, classe, idade e etnia. Gênero não é sinônimo de mulheres, nem tampouco configura situação em que o ganho de um determina perda para o outro, no caso, homens. Pelo contrário, refere-se a ambos, mulheres e homens, e a seu status em relação a cada um deles. Equidade de gênero se refere ao estágio de desenvolvimento humano no qual “direitos, responsabilidades e oportunidades de indivíduos não serão determinados pelo fato de terem nascido homem ou mulher”.² Em outras palavras, estágio em que tanto homens quanto mulheres realizam seu potencial por inteiro.

Em reconhecimento à importância do estabelecimento de igualdade de gênero em todo o mundo, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) foi criado no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), em 1984. Na época, a Assembléia Geral orientou o UNIFEM a “garantir o envolvimento de mulheres em atividades de transversalidade”.³ A Plataforma de Ação definida na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, 1995, ampliou esse conceito, denominando-o “transversalidade de gênero” – isto é, aplicação de perspectivas de gênero a todas as normas e padrões legais e sociais, a todas políticas de desenvolvimento, pesquisa, planejamento, “advocacy”, desenvolvimento, implementação e monitoramento –, como mandato para todos os Estados-membros.⁴ Nesse sentido, o fator gênero deixa de ser apenas suplementar ao desenvolvimento, mas parte central de seu curso. Como resultado da Conferência de Pequim – e dos muitos anos de trabalho que conduziram à sua realização – mais de cem países anunciaram novas iniciativas para incrementar a condição das mulheres. Em 2000, a Conferência de Pequim + 5 fortaleceu ainda mais a aplicação do conceito de transversalidade, utilizando-o para ressaltar a necessidade de avanços mais significativos na busca da equidade em todo o mundo.

Alcançar a equidade de gênero, no entanto, é um processo de esmagadora lentidão, pois desafia uma das mais profundamente arraigadas atitudes humanas. Apesar de esforços intensos de muitas agências e organizações, e de resultados exemplares, o quadro ainda é desolador na medida em que requer muito mais do que mudanças em leis ou políticas estabelecidas. Requer mudanças de práticas nos lares, comunidades e no processo de tomada de decisão. Em muitos lugares do mundo, estupro não é considerado crime, permanece impune e continua a ser usado como arma de guerra. Mesmo em países altamente desenvolvidos, violência de todos os tipos contra mulheres faz parte da rotina e acaba desconsiderada pelas autoridades. A escravidão sexual feminina e a prostituição forçada ainda são “fatos da vida” terríveis para mulheres, invariavelmente, muito pobres e jovens. Testes genéticos para identificar malformações são usados, em algumas partes do mundo, para determinar o sexo do feto e, assim, abortar os femininos.⁵

Em alguns países, bebês do sexo feminino são queimados vivos. Casamento forçado e bride-burning* ainda são práticas comuns no sub-continente asiático.⁶ Na África, a mulher corre 180 vezes mais risco de morrer de complicações da gravidez do que na Europa ocidental.⁷ Mulheres, a maioria de áreas rurais, representam mais de dois terços da população adulta analfabeta.⁸ Nos Estados Unidos, 90% dos casos de AIDS em menores de 20 anos são do sexo feminino.⁹ Em muitos países desenvolvidos, em que equidade básica de gênero parece ter sido alcançada, a linha de frente passou a ser a remoção das mais intangíveis discriminações contra a mulher trabalhadora. As mulheres ocupam apenas 15,6% de cargos parlamentares em todo o mundo.¹⁰

É evidente que o mundo ainda tem um longo caminho a percorrer na realização da equidade de gênero. Essa tarefa requer esforços concentrados em muitas frentes. O trabalho das Nações Unidas e de muitas outras agências na promoção da equidade de gênero convergiu para três áreas estreitamente interconectadas: fortalecimento da capacidade econômica das mulheres, com foco em novas tecnologias e na agenda do comércio mundial; promoção de lideranças femininas e participação política; eliminação da violência contra mulheres e apoio à implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

*NT - Em alguns países, o noivo e sua família ainda ateam fogo na noiva, principalmente, por insatisfação em relação ao dote.

do World Economic Forum

Nos últimos anos, o Programa de Lideranças Femininas do World Economic Forum tem proporcionado apoio às mulheres na obtenção de posições de liderança na sociedade e na promoção de outras questões que afetam a vida delas. Além disso, nos últimos quatro anos, os Relatórios do Fórum sobre Competitividade Global têm produzido dados sobre aspectos qualitativos da participação feminina no mercado de trabalho. O Fórum começou a incorporar, explicitamente, em suas mensurações de competitividade, aspectos relacionados à equidade de gênero, reconhecendo que, longe de ser apenas uma questão politicamente correta, o progresso das mulheres constitui uma importante questão estratégica. Países que não capitalizam todo o potencial de metade de suas sociedades estão alocando de forma equivocada seus recursos humanos e comprometendo seu potencial competitivo.¹¹

Apesar de evidências mundiais sobre os baixos níveis de participação feminina nas áreas social, educacional, econômica e política, a tendência prevalente é a de percebê-las como problema real apenas em número limitado de países. No entanto, conforme observado anteriormente, a realidade mostra que nenhum país do mundo, não importa quão avançado seja, atingiu verdadeira equidade de gênero, medida em termos comparativos com o poder de tomada de decisão, oportunidades iguais de educação e progresso e participação e condições iguais em toda a trajetória da atividade humana. Disparidades de gênero existem até em países sem evidente dominação masculina. É necessário medi-las para se implementar políticas corretivas. A mensuração, porém, é um desafio e o desempenho do país torna-se difícil de ser avaliado porque os dados encontram-se desagregados e há diferenças em cada nação. Este estudo tem como objetivo consolidar esses dados para buscar uma visão mais próxima e mais estruturada sobre os pontos fortes e fracos do país.

O ano de 2005 marca o décimo aniversário da Conferência Mundial de Pequim sobre as Mulheres e traz foco e energia renovados aos esforços para o seu empoderamento. É oportuna, portanto, a realização deste estudo pelo Fórum para facilitar o trabalho de agências de fomento, governos e formuladores de políticas e proporcionar ferramenta referencial para avaliar a dimensão das disparidades de gênero em 58 países. Essas nações são avaliadas de acordo com o nível de progresso da população feminina e a identificação de sucessos e fracassos baseados em critérios econômicos, políticos, educacionais e de saúde.

de mensuração

Cinco dimensões importantes do empoderamento e oportunidade das mulheres foram selecionadas para avaliação, com base, fundamentalmente, nas proposições do UNIFEM, considerando-se padrões de desigualdade entre homens e mulheres:

1. Participação econômica
2. Oportunidade econômica
3. Empoderamento político
4. Avanço educacional
5. Saúde e bem-estar

As disparidades de gênero, em cada dimensão, são quantificadas com o uso de dois tipos de dados disponíveis recentemente: a) estatísticas nacionais publicadas e dados de organizações internacionais e b) dados de natureza qualitativa da Pesquisa Executiva de Opinião do World Economic Forum. A seguir, uma descrição resumida de cada uma das cinco categorias e da análise do raciocínio que as permeiam. Pormenores das variáveis específicas analisadas e suas fontes estão no Apêndice.

A participação econômica de mulheres – sua presença no mercado de trabalho em termos quantitativos – é importante não só para reduzir os níveis desproporcionais de pobreza das mulheres, mas também como medida importante para aumentar a renda familiar e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo.

Amartya Sen defende que as sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras dinâmicas de transformação social. Essa visão tem forte apoio em evidências que sugerem que educação, emprego e direitos de propriedade de mulheres exercem influência importante em sua capacidade de controlar seu próprio ambiente e contribuir para o desenvolvimento econômico.¹² Participação econômica refere-se não só à participação numérica de mulheres na força de trabalho, mas também à sua remuneração em termos igualitários. Em todo o mundo, desconsiderando o setor agrícola, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, mulheres ainda ganham menos de 78% da remuneração paga a homens pelo mesmo trabalho, uma disparidade que insiste em persistir mesmo em países mais desenvolvidos.¹³

Embora a globalização tenha gerado oportunidades para pessoas produtoras e empreendedoras locais atingirem mercados internacionais, também intensifica desigualdades e inseguranças para muitas mulheres pobres, que hoje representam dois terços da população mais pobre do mundo.¹⁴ Como os ganhos da globalização concentram-se, invariavelmente, em quem tem maior índice de escolaridade – com recursos e acesso ao capital –, mulheres pobres, em geral, são as menos capacitadas a apreender oportunidades oferecidas a longo prazo. Conforme demonstrado no Sudeste da Ásia na década de 1990, o caso recorrente é de que mulheres só conseguem garantir emprego durante períodos curtos de expansões econômicas, geralmente, em condições transitórias e inseguras e submetidas a condições de trabalho inadequadas.¹⁵

A globalização mudou, dramaticamente, as condições pelas quais a luta por equidade de gênero tem de se desenvolver, principalmente em países em desenvolvimento. Um dos importantes instrumentos da transversalidade de gênero, voltado para redução da pobreza, principalmente, é o conceito de “orçamento de gênero”. Isso significa voltar as atenções para o processo de formulação e execução do orçamento público em determinado país para avaliar se certa medida fiscal aumentará ou reduzirá a equidade de gênero ou a deixará inalterada.¹⁶

Iniciativas orçamentárias de gênero (GBIs) não só identificam gastos carimbados, mas contribuem para alocar mais dinheiro para mulheres, além de “desmembrar e identificar o impacto e a incidência diferenciados de receitas e despesas públicas gerais em relação a mulheres e homens... (e) contribuem de forma significativa para objetivos globais, como equidade, igualdade, eficiência, transparência e também para a realização de direitos sociais, econômicos, culturais e para a boa governança”¹⁷, proporcionando, dessa forma, uma maneira prática para se avaliar a ação governamental (ou a falta dela). O monitoramento e análise rigorosos dos efeitos de gênero nos orçamentos públicos tornam-se mecanismos para atribuir responsabilidade cada vez maior aos formuladores de políticas, tendo em vista o impacto que acarretam tanto na vida de mulheres quanto de homens. Dessa forma, o grande percentual de mulheres que integra economicamente o mercado informal representa, em algumas partes do mundo, até 70% da mão-de-obra agrícola e produz mais de 90% dos alimentos. Apesar disso, a mulher não está, de forma alguma, representada nas deliberações orçamentárias, o que poderá afetar o seu bem-estar em face de medidas de ajuste econômico.

Este estudo busca identificar desigualdades entre homens e mulheres, em termos de participação econômica, por intermédio da comparação de níveis de emprego, atividade econômica e remuneração por trabalho igual.

A **oportunidade econômica** diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres e extrapola a mera presença feminina em sua condição de trabalhadora. Esse é um problema particularmente grave em países desenvolvidos, onde mulheres têm relativa facilidade de conseguir emprego, mas concentrado em baixos salários ou em empregos sem qualificação que são verdadeiros “guetos”, caracterizados pela ausência de mobilidade e oportunidade pessoal de crescimento. Essa é a consequência mais comum de atitudes negativas ou obstrutivas e de sistemas legais e sociais que utilizam leis e benefícios relacionados à maternidade para penalizar economicamente as mulheres responsáveis por dar à luz e cuidar das crianças, além de desestimular – ou efetivamente impedir – os homens de dividirem responsabilidades familiares.

A “**guetização**” do trabalho feminino constitui fenômeno que permeia todas as fronteiras culturais e profissões e atinge mulheres, virtualmente, em todos os países. Internacionalmente, as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos, em profissões “feminizadas”, como enfermagem e magistério, trabalho de escritório, cuidado de idosos e enfermos – denominadas “segregação ocupacional horizontal” – e tendem a permanecer em categorias trabalhistas inferiores às dos homens. Geralmente, como essas funções são desempenhadas por mulheres, o pagamento é o menor possível, além de oferecer nenhuma ou limitadas oportunidades de progresso na carreira. O termo “**feminização da pobreza**” é utilizado, muitas vezes, para ilustrar o fato de que a maioria das 1,5 bilhão de pessoas que vivem com US\$ 1 (ou menos), por dia, é mulher e que a disparidade entre mulheres e homens dentro do ciclo da pobreza não sofreu redução, ao contrário, pode ter aumentado na última década.¹⁸

Na outra ponta do espectro, o avanço dentro das profissões, como advocacia, medicina e engenharia, nas quais as mulheres estão, cada vez mais representadas em países desenvolvidos, é outro motivo de preocupação. Pesquisa com bacharéis realizada pela Escola de Advocacia da Universidade de Yale registra crescente número de mulheres advogadas (25% a 35%), das quais pequena parcela é sócia de empresas (5% a 15%), e a importância do que denominam “**amigável com a família**” e “**amigável com mulheres**” como práticas na profissão.¹⁹ Estatísticas do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) apontam que a vasta maioria dos países do mundo proporciona licença-maternidade remunerada muitas vezes com pagamento garantido entre 50% a 100% do salário. É interessante observar que os Estados Unidos concedem 12 semanas de licença-maternidade, mas sem qualquer remuneração, o que coloca o País em pé de igualdade com Lesoto, Suazilândia e Papua Nova Guiné.²⁰

Embora, a partir do ano 2000, o número de mulheres em empregos remunerados praticamente se compare ao de homens, em muitos países o número de mulheres em posições gerenciais é muito menor. O avanço é lento e desigual na obtenção desses postos. De acordo com estatísticas de 2002 da OIT, os dados apontavam entre 20% e 40% em 48 dos 63 países pesquisados.²¹ Além disso, mulheres em cargos gerenciais, muitas vezes, têm diante de si uma opção difícil de fazer entre carreira de sucesso e família. Estudo realizado nos Estados Unidos indica que 49% de mulheres bem-sucedidas não têm filhos, em contraste com apenas 19% de seus colegas do sexo masculino.²²

Este estudo utiliza dados sobre a duração da licença-maternidade, o percentual de salários pagos durante o período de licença e a quantidade de mulheres em cargos gerenciais que captam, assim, a variação entre as oportunidades econômicas disponíveis para mulheres em países diferentes. Inclui também conjunto único de dados sobre elementos qualitativos, como disponibilidade de creches oferecidas pelos governos, impacto de leis relacionadas à maternidade na contratação de mulheres, e desigualdades salariais entre homens e mulheres em empregos no setor privado. Esses dados da Pesquisa Executiva de Opinião do World Economic Forum são muito úteis na quantificação de realidades. Invariavelmente, existem discrepâncias entre o ambiente de direito e a situação de fato. Ao quantificar as percepções de líderes empresariais dos 58 países, essas anomalias podem ser identificadas.

Empoderamento político diz respeito não só à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, mas também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A União Interparlamentar registra uma média mundial de apenas 15,6% nas duas Casas do Congresso. As estatísticas por região apresentam poucas surpresas, indo de 6,8% nos Estados árabes a 18,6% nas Américas e 39,7% nos países nórdicos.²³ Enquanto as mulheres estão pobremente representadas nos escalões inferiores de governo, essa representação é ainda mais rarefeita nos altos escalões de tomada de decisão. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses. Estudo realizado, por exemplo, em três países completamente diferentes (Bolívia, Camarões e Malásia) mostra que, se as mulheres tivessem maior voz nas prioridades de gasto, estariam muito mais propensas a despender recursos familiares e comunitários na melhoria da saúde, educação, infra-estrutura comunitária e erradicação da pobreza, em oposição a gastos militares, bebidas alcoólicas ou jogo.²⁴ Na verdade, a demanda pela mudança de

prioridades é manifestada por praticamente todas as organizações de mulheres, das mais avançadas e politicamente atuantes nos países desenvolvidos a jovens ONGs de mulheres no mundo em desenvolvimento. No entanto, para mudar prioridades de gasto e de desenvolvimento, torna-se fundamental a representação de uma massa crítica de mulheres que estão aprendendo, usando e mudando as regras do “jogo” de tomada de decisão e, dessa forma, obtendo impacto no discurso e decisões em todos os níveis, a partir da família, da nação e da comunidade internacional.

Este estudo mediu a dimensão do empoderamento político utilizando dados sobre o número de mulheres ministras, cadeiras no parlamento ocupadas por mulheres, mulheres em cargos sênior, legislativos e gerenciais e a quantidade de anos que figuras femininas ocuparam posições de chefe-de-Estado (presidente ou primeira-ministra) em cada um dos 58 países pesquisados.

Avanço educacional é, sem dúvida, o pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade e conteúdo comparável à recebida por meninos e homens, as mulheres não conseguem acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Além disso, aumenta o risco para a sociedade como um todo de que a próxima geração de crianças seja, igualmente, mal preparada. Se, como mostra um amplo número de trabalhos empíricos, educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil – inclusive o viés em relação à mortalidade infantil feminina – e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade,²⁵ a importância da alfabetização feminina é enorme, considerando que as mulheres ainda constituem dois terços da população analfabeta mundial.²⁶ Embora as estatísticas da ECOSOC mostrem que o número de mulheres supere, atualmente, o de homens na educação universitária em alguns poucos países – com destaque notável no Oriente Médio e no antigo bloco soviético – tende a surgir, prematuramente, uma óbvia disparidade de gênero na educação na maioria dos países e, na média, aumenta a disparidade para cada ano a mais de educação. Além disso, o número de mulheres representadas entre educadores de nível superior é menor do que entre educadores de nível primário.²⁷ No entanto, se o conteúdo do currículo educacional e as atitudes de professores servem meramente para reforçar estereótipos e injustiças prevalecentes, então, a alfabetização e educação não eliminam, em si mesmas, a disparidade de gênero. A escolaridade como catalisadora de mudança em relações de gênero será mais eficaz se também lhe for dispensada atenção adequada ao conteúdo curricular e promovida a reciclagem dos responsáveis que ministrarão esse conteúdo.

Informação e tecnologias de comunicação, que se tornaram potente força motriz do processo desenvolvimentista, representam ainda outra dimensão na qual emergiu uma disparidade de conhecimento entre mulheres e homens: uma exclusão digital baseada em gênero. Estudo realizado pela USAID descobriu que incontáveis mulheres no mundo em desenvolvimento são excluídas ainda mais da era da informação, por causa de seus baixos níveis de educação e de atitudes negativas profundamente arraigadas em relação a outras formas de conhecimento.²⁸ “Sem acesso à tecnologia da informação, o entendimento de seu significado e a habilidade de usá-la para ganhos sociais e econômicos, mulheres no mundo em desenvolvimento serão ainda mais marginalizadas em suas comunidades e países e também no mundo.”²⁹ Neste estudo, disparidades de gênero em avanços educacionais foram detectadas utilizando-se dados sobre índices de alfabetização, taxas de matrícula na educação primária, secundária e superior e anos de escolaridade média entre a população. Dessa forma, é possível ilustrar não só os atuais níveis de empoderamento das mulheres via educação, mas também o potencial de futuras gerações de mulheres em determinada nação.

Saúde e bem-estar são conceitos relacionados às diferenças substanciais entre mulheres e homens, considerando acesso à nutrição adequada, cuidados de saúde e facilidades reprodutivas, e a questões de segurança indispensáveis à integridade pessoal. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 585 mil mulheres morrem a cada ano, mais de 1.600 por dia, de causas relacionadas à gravidez e ao parto.³⁰ A Federação da Paternidade Planejada da América (Planned Parenthood Federation of America) cita estimativas de que, dos 46 milhões de abortos anuais em todo o mundo, cerca de 20 milhões são realizados de forma insegura e resultam na morte de 80 mil mulheres por complicações, o que representa 13%, pelo menos, da mortalidade materna global, além de causar uma série de problemas de saúde de longa duração.³¹

A vulnerabilidade própria da mulher à violência é, talvez, o mais óbvio aspecto da pouca segurança física e integridade pessoal e o menos avaliado em estatísticas precisas. Até a Suécia, reconhecida há muito como liderança na área de igualdade de gênero, foi recentemente convocada a agir pela Anistia Internacional, que declarou que “a prevalência de violência com viés de gênero destrói a imagem que muitas pessoas têm da Suécia como sendo o País equalitário em relação a gênero no mundo”. Artigo recente de primeira página no International Herald Tribune também registra que a implementação de leis relacionadas à violência, na Suécia, estava desfigurada por “processos irregulares, estatísticas vagas, juízes antiquados e governos não-responsivos”.³³ A complexidade de questões sociais e culturais, combinada com o estigma e o temor da divulgação, conduziu a uma situação em que apenas pequena proporção de crimes de estupro, abuso de crianças, espancamento de esposas e violência armada são registrados.³³

Isso torna muito difícil a obtenção de dados precisos. Na verdade, é difícil medir a extensão real de violência contra mulheres, pois a maioria das ocorrências de violência doméstica e estupro permanece sem registro.³⁴ É comum as próprias mulheres serem culpadas por “provocar” a violência perpetrada contra elas por homens – na maioria dos casos, daqueles mais próximos. As vítimas dessas violências são, com frequência, estigmatizadas e isoladas na sociedade e, muitas vezes, até forçadas a casar com os violentadores, com pouco ou nenhum controle sobre sua própria segurança pessoal. A cada ano, estima-se que dois milhões de meninas, geralmente entre quatro e oito anos, são submetidas à força à mutilação genital (FGM),³⁵ que conduz, rotineiramente, à morte, à infecção e a sangramentos crônicos, tumores nos nervos, obstrução de maternidade, cicatrização dolorosa etc. Embora a maior incidência ocorra na África e no Oriente Médio, a prática de alguma forma de FGM tem sido registrada entre comunidades de imigrantes em partes da Ásia e do Pacífico, Américas do Norte e Sul e Europa.³⁶

Embora faltem dados confiáveis sobre violência contra mulheres, foram incorporadas muitas outras variáveis relacionadas às dimensões saúde e bem-estar. Como as mulheres são, muitas vezes, a maior parte das vítimas da pobreza, foram incluídos dados da Pesquisa Executiva sobre a eficácia de esforços governamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade. Além disso, incluíram-se também taxas de fertilidade de adolescentes como indicadores de riscos à saúde entre mulheres de 15 a 19 anos e como indicador da falta de outras opções disponíveis para mulheres jovens. Finalmente, incluíram-se dados sobre saúde reprodutiva, como percentual de partos atendidos por profissionais de saúde capacitados e índices de mortalidade materna e infantil. Como essas variáveis são muito afetadas pelo nível de pobreza em determinada nação - no geral, unidades de saúde deficientes, em contraposição a unidades deficientes de saúde “reprodutiva”, esses dados foram ajustados pelo número de médicos disponível por grupo de 1.000 pessoas, como indicador da qualidade do sistema de saúde do país em geral. Nesse caso, não se penalizaram países em desenvolvimento, especificamente, mas todas aquelas nações que proporcionam unidades deficientes de saúde reprodutiva a mulheres, considerando a infra-estrutura de saúde existente.

QUANTIFICANDO

números

O objetivo da metodologia adotada neste estudo é proporcionar comparações entre países e uma avaliação abrangente e ampla da dimensão atribuída a eles na capitalização de todo o potencial de suas sociedades. Isso se obtém na combinação de números brutos da economia, política e educação nacionais com percepções da comunidade empresarial sobre emprego de mulheres em seus respectivos países. Buscou-se consolidar em índice único várias dimensões de igualdade de gênero, inclusive os que fazem parte de notáveis índices da literatura atual, principalmente de fatores políticos que compõem a Medida de Empoderamento de Gênero do PNUD e fatores de alfabetização e saúde constantes do Índice de Desenvolvimento de Gênero. Além disso, o estudo proporciona a mensuração da participação feminina, *per si*, em atividades econômicas, em contraste com oportunidades disponíveis assim que se tornam integrantes da força de trabalho.

A classificação dos 58 países, neste estudo, de forma alguma inclui todas as questões que afetam as mulheres. Há outras abordagens na priorização da desigualdade de gênero global que fazem parte da literatura existente, como o relatório da Força Tarefa do Projeto Milênio das Nações Unidas sobre Igualdade de Gênero, cuja definição está focada em aptidões (educação, saúde e nutrição), acesso a recursos e oportunidades (renda, emprego, propriedade) e segurança (vulnerabilidade à violência). No entanto, como este trabalho é exclusivamente quantitativo, os dados disponíveis impuseram limitações na escolha das variáveis. Dados globais insuficientes, por exemplo, sobre violência contra mulheres tornaram-se obstáculos para a inclusão dessa variável nas dimensões "saúde e bem-estar", mas não renegam a importância desse fator na busca de igualdade de gênero. O índice, contudo, proporciona comparações importantes entre países em questões econômicas, políticas, de saúde e educação.

O conjunto dos 58 países pesquisados neste estudo inclui todos os 30 países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 28 outros do "mercado emergente" mundial. No todo, esse conjunto cobre grande parte da Europa e América do Norte, além de proporcionar exemplos relevantes da Ásia, América Latina, África e Oriente Médio. A existência de dados confiáveis tornou-se a consideração principal na escolha dos países e a falta desses dados, necessariamente, deixou de fora muitas nações do mundo em desenvolvimento.

Os dados utilizados neste estudo provêm de fontes disponíveis para o público, inclusive dos Indicadores de Desenvolvimento Humano do Banco Mundial, e do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, bem como da Pesquisa Executiva de Opinião do World Economic Forum. Em 2004, a Pesquisa registrou as opiniões de cerca de nove mil líderes empresariais em 104 países. Os entrevistados foram solicitados a registrar suas visões sobre a importância de uma ampla série de fatores fundamentais para a criação de um ambiente empresarial sadio, incluindo a qualidade do gerenciamento fiscal, práticas trabalhistas, qualidade da infra-estrutura e das instituições educacionais do país. Uma das variáveis incluídas na categoria Oportunidade Econômica (ver Apêndice), por exemplo, "impacto de leis relacionadas à maternidade na contratação de mulheres", surgiu da seguinte pergunta da Pesquisa.

Em seu país, leis relacionadas à maternidade:

1 = impedem a contratação de mulheres

7 = não configuram obstáculos à contratação de mulheres

Conforme descrição anterior, perguntas da Pesquisa Executiva de Opinião incluídas neste estudo têm formato similar e utilizam escala de 1 a 7. A resposta de todos os entrevistados, na média, em determinado país configura a contagem final registrada para aquele país sobre a variável relevante. Claramente, os dados "brutos" extraídos de outras organizações internacionais estão registrados em escalas ou unidades diferentes. Para realizar a comparação com todas as informações, os dados brutos foram distribuídos em uma escala de 1 a 7, com atribuição de 7 ao melhor valor em cada categoria e de 1 ao pior. Dos 58 países pesquisados pelo estudo, por exemplo, o Egito apresentou a menor licença-maternidade (cerca de sete semanas) e, portanto, recebeu pontuação 1, enquanto a Suécia, com a licença-maternidade de mais longa duração (52 semanas), recebeu 7. A todos os outros países foram atribuídas pontuações de 1 a 7.³⁷

Métodos similares para padronização de dados brutos têm sido utilizados em vários relatórios anteriores do Programa de Competitividade Global do Fórum. Uma vez que nesta pesquisa dados brutos estão na mesma escala, a pontuação para cada país é calculada tomando-se a média não aferida de todas as variáveis numa categoria específica.

Finalmente, as pontuações totais de cada país são calculadas como média não-aferida dos números obtidos em cada uma das cinco categorias.

Como todas essas cinco dimensões estão intimamente ligadas, é essencial que se alcance igualdade de gênero em todas elas. Oportunidades educacionais iguais, por exemplo, não se concretizam se mulheres não fazem parte da força de trabalho.³⁸ Entrar no mercado de trabalho, em si, não significa que as mulheres não serão “guetoizadas” ou não encontraram um “telhado de vidro”; existe possibilidade de o trabalho de qualquer natureza não ter importância alguma, caso as condições oferecidas sejam intoleráveis, configurem risco à vida ou tenham de ser sustentadas diante de cargas adicionais além das horas do trabalho remunerado. A representação desproporcional de mulheres idosas entre as camadas mais pobres significa que a participação econômica tem pouca importância se o sistema tributário não leva em consideração disparidades de renda e diferentes habilidades de mulheres e homens em contribuir para um sistema de envelhecimento seguro. Por isso, foram atribuídos pesos iguais a todas as cinco dimensões no cálculo das pontuações finais, bem como em cada uma das dimensões na soma das pontuações obtidas em cada variável.

Portanto, independentemente da dificuldade que as comparações possam apresentar, a mensuração das disparidades de gênero na medida do possível, em cada uma dessas dimensões, tanto no âmbito dos países quanto entre eles, proporciona orientação a formuladores de políticas no sentido do direcionamento de esforços em cada país.

De Disparidades de Gênero

País	Classificação geral	Pontuação geral*	Participação econômica	Oportunidade econômica	Empoderamento político	Avanços educacionais	Saúde e bem-estar
Suécia	1	5,53	5	12	8	1	1
Noruega	2	5,39	13	2	3	6	9
Islândia	3	5,32	17	7	2	7	6
Dinamarca	4	5,27	6	1	20	5	2
Finlândia	5	5,19	12	17	4	10	4
Nova Zelândia	6	4,89	16	47	1	11	26
Canadá	7	4,87	7	27	11	12	14
Reino Unido	8	4,75	21	41	5	4	28
Alemanha	9	4,61	20	28	6	34	10
Austrália	10	4,61	15	25	22	17	18
Letônia	11	4,60	4	6	10	24	48
Lituânia	12	4,58	10	11	13	19	44
França	13	4,49	31	9	14	31	17
Holanda	14	4,48	32	16	7	42	8
Estônia	15	4,47	8	5	30	18	46
Irlanda	16	4,40	37	51	12	9	12
Estados Unidos	17	4,40	19	46	19	8	42
Costa Rica	18	4,36	49	30	9	14	30
Polônia	19	4,36	25	19	18	20	38
Bélgica	20	4,30	35	37	25	15	16
República Eslovaca	21	4,28	14	33	29	23	35
Eslovênia	22	4,25	26	15	39	22	19
Portugal	23	4,21	27	18	31	36	20
Hungria	24	4,19	30	3	28	39	40
República Checa	25	4,19	24	4	43	25	23
Luxemburgo	26	4,15	48	8	33	21	25
Espanha	27	4,13	45	34	27	35	5
Áustria	28	4,13	42	22	21	38	13
Bulgária	29	4,06	11	14	23	50	55
Colômbia	30	4,06	41	38	15	13	52
Federação Russa	31	4,03	3	10	47	29	57
Uruguai	32	4,01	36	26	36	2	56
China	33	4,01	9	23	40	46	36
Suíça	34	3,97	43	42	17	49	7
Argentina	35	3,97	55	29	26	3	54
África do Sul	36	3,95	39	56	16	30	21
Israel	37	3,94	28	40	32	28	39
Japão	38	3,75	33	52	54	26	3
Bangladesh	39	3,74	18	53	42	37	37
Malásia	40	3,70	40	36	51	32	15
Romênia	41	3,70	23	31	35	51	47
Zimbábwe	42	3,66	2	57	34	52	41
Malta	43	3,65	56	43	45	16	24
Tailândia	44	3,61	1	39	49	54	32
Itália	45	3,50	51	49	48	41	11
Indonésia	46	3,50	29	24	46	53	29
Peru	47	3,47	50	44	38	47	31
Chile	48	3,46	52	20	44	40	45
Venezuela	49	3,42	38	13	52	33	58
Grécia	50	3,41	44	48	50	45	22
Brasil	51	3,29	46	21	57	27	53
México	52	3,28	47	45	41	44	51
Índia	53	3,27	54	35	24	57	34
Coréia	54	3,18	34	55	56	48	27
Jordânia	55	2,96	58	32	58	43	43
Paquistão	56	2,90	53	54	37	58	33
Turquia	57	2,67	22	58	53	55	50
Egito	58	2,38	57	50	55	56	49

* A pontuação obedece à escala de 1 a 7. A igualdade máxima de gênero está representada pelo número 7

A tabela precedente apresenta classificações globais e pontuações registradas nas cinco dimensões pesquisadas. Pontuações de países em desenvolvimento e de renda média demonstram, claramente, que até mesmo critérios mais básicos de igualdade de gênero não são atendidos, principalmente os relativos à saúde materna e educação primária. Além disso, enquanto em países de renda elevada, como os da Comunidade Européia, houve grandes avanços, no decorrer da última metade do século passado, na eliminação de alguns preconceitos de gênero fundamentais, eles continuam a apresentar disparidades significativas em oportunidades oferecidas a homens e mulheres no mercado de trabalho e no campo político.

Não representa surpresa o fato de que os cinco primeiros lugares sejam ocupados por países nórdicos, caracterizados por sociedades nitidamente liberais, que garantem direitos e sistemas previdenciários abrangentes. Embora, nesses países, mulheres tenham acesso inquestionável a amplo espectro de oportunidades educacionais, políticas e de trabalho e desfrutem de padrões de vida mais elevados do que os de mulheres em outras partes do mundo, é interessante observar que os índices de participação econômica em alguns desses países não são, essencialmente, os mais altos do mundo. Embora a Noruega e a Islândia ocupem, por exemplo, a segunda e a terceira posição na classificação geral, são países que, em termos de participação econômica, figuram em 13º e 17º lugares, respectivamente. Isso não representa, necessariamente, impedimentos à entrada de mulheres no mercado de trabalho, pois com certeza configura casos em que mulheres, em alguns países desenvolvidos, têm a possibilidade privilegiada de optar por não trabalhar fora de casa. Constitui advertência potencial da metodologia de participação econômica que não leva em consideração quem tem condições de decidir, voluntariamente, a não participar do mercado de trabalho. No entanto, deve se registrar que, enquanto algumas mulheres podem, na verdade, optar por “ficar de fora”, essa escolha ocorre, geralmente, dentro de uma estrutura em que questões trabalho-família são vistas como problemas enfrentados, basicamente, por mulheres, enquanto as estruturas de tomada de decisão continuam dominadas por homens.³⁹

Essas questões são adotadas por nações consideradas “amigas das mulheres”, como Nova Zelândia, Canadá, Reino Unido, Alemanha e Austrália. Várias economias do Leste da Europa, e em transição, estão bem colocadas e aparecem entre as 25 melhores. Isso não causa surpresa quando se leva em consideração que esses países internalizaram uma ideologia socialista, durante longos períodos na história recente, que, embora tivessem estimulado a noção de igualdade da “mulher trabalhadora”, ela tem de fazer tudo: todo o trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, atuar na indústria e em todas as profissões.⁴⁰ Os exemplos mais notáveis vêm da Letônia (11), Lituânia (12) e Estônia (15), as duas primeiras à frente da França (13) e todas as três à frente dos Estados Unidos (17). Deve-se ressaltar, no entanto, que enquanto essas nações apresentam bom desempenho em termos de oportuni-

dades, participação econômica e avanços educacionais, ficam bem atrás no que se refere à saúde e bem-estar, classificadas em 48º, 44º e 46º lugares, respectivamente. Estatísticas de saúde reprodutiva deficientes, apesar da existência de grande número de profissionais na área, sinalizam uso ineficiente das unidades de saúde em oferecer cuidados de saúde reprodutiva às mulheres.

Os Estados Unidos (17) apresentam desempenho muito bom em avanços educacionais e ligeiramente menor em participação econômica e empoderamento político. No entanto, demonstram desempenho raquítico nas dimensões específicas de oportunidade econômica e saúde e bem-estar, comprometidas pela magra licença-maternidade e pela ausência de benefícios nessa área, além de limitados auxílios governamentais no oferecimento de creches para crianças. Além disso, a classificação dos Estados Unidos, em termos de saúde e bem-estar, cai em comparação com outras nações desenvolvidas em função do grande número de gravidez na adolescência e pela alta taxa de mortalidade materna – notadamente quando se considera o elevado número disponível de médicos.

Quatro nações européias, Suíça (34), Malta (43), Itália (45) e Grécia (50), ocupam posições inferiores no contexto e ficam atrás de nações latino-americanas como Costa Rica (18), Colômbia (30) e Uruguai (32) e (no caso das três últimas) abaixo de países asiáticos como Bangladesh (39) e Malásia (40). Essa situação é reflexo das adversidades enfrentadas por essas nações denominadas “avançadas” na implementação da igualdade de gênero. Embora o desempenho da Suíça seja considerado bom nas dimensões saúde e bem-estar (7) e relativamente alto em empoderamento político (17) – feito notável para um país que concedeu o direito de votar e concorrer a eleições nacionais apenas em 1971 – o País fica atrás não só em participação e oportunidade econômicas, mas também em avanços educacionais. É uma das poucas nações desenvolvidas em que as taxas de matrícula feminina são consistentemente inferiores às masculinas. Como seria de se esperar de países de culturas patriarcais notórias, Itália e Grécia apresentam desempenhos bem pobres, considerando o quesito participação e oportunidade econômicas.

As classificações falam por si próprias. Confirmam duas crenças comumente consagradas, por um lado, e desconsideram alguns mitos recorrentes, por outro. Nos Estados Unidos, por exemplo, a baixa pontuação (46) em oportunidade econômica parece corroborar o tão discutido “telhado de vidro”. Apesar de as mulheres americanas apresentarem, geralmente, altos índices de participação econômica, também parecem sujeitas à falta de oportunidade de progresso em suas carreiras. Consideradas as políticas trabalhistas chinesas, provavelmente não será surpresa o fato de o País ocupar posição de destaque em participação econômica (9). No entanto, figura nas últimas posições em educação (46) e empoderamento político (40). Na classificação geral, a China obteve 33 de pontuação, mas o objetivo alardeado do

governo de igualdade de gênero continua bem abaixo da expectativa. Contudo, a China detém a melhor classificação da Ásia, seguida pelo Japão (38). A Rússia (31) apresenta resultados semelhantes aos da China, inflados na classificação pela elevada participação econômica (3), mas comprometidos por baixo empoderamento político (47) e saúde e bem-estar (57). Costa Rica (18) ocupa, com folga, o primeiro lugar na América Latina. Em seguida, surgem Colômbia (30), Uruguai (32) e Argentina (35). Peru (47), Chile (48), Venezuela (49), Brasil (51) e México (52) estão comprometidos pelo fraco desempenho em todas as cinco áreas desse índice, com exceção das oportunidades econômicas na Venezuela (13), Chile (20) e Brasil (21). Nesse caso, o problema parece não estar na falta de oportunidades, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas, pelo contrário, em proporcionar a elas acesso a treinamento e direitos básicos, como cuidados de saúde e empoderamento político que as capacitarão para o mercado.

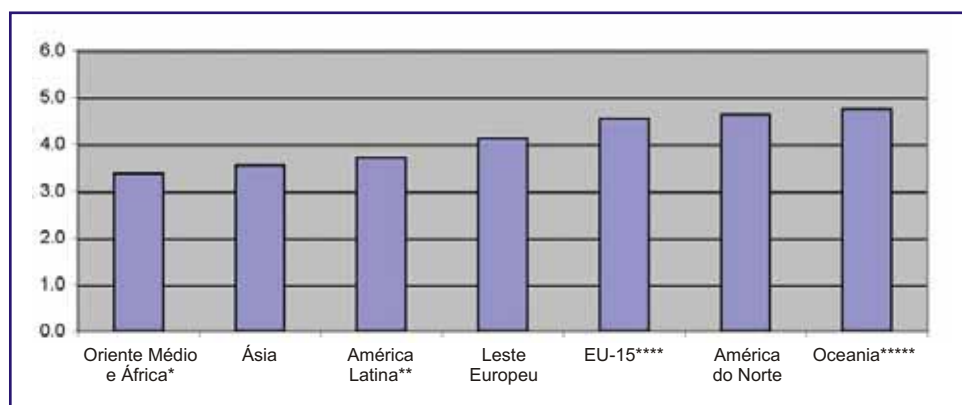
Das sete nações predominantemente muçumanas abrangidas pelo estudo, Bangladesh (39) e Malásia (40) superam a Indonésia (46), enquanto Jordânia (55), Paquistão (56), Turquia (57) e Egito (58) ocupam as quatro últimas posições. Pairam poucas dúvidas de que atitudes tradicionais e profundamente conservadoras em relação ao papel das mulheres têm dificultado, extremamente, sua integração ao universo de tomada de decisão.⁴¹ Embora governos árabes, como Egito e Jordânia, tenham se concentrado na modernização há mais de meio século, as necessidades das mulheres, um de seus mais importantes trunfos, foram negligenciadas.⁴² Ultimamente, no entanto, houve alguns avanços. Bangladesh apresenta-se relativamente bem em termos de participação econômica (18); Malásia na saúde e bem-estar (15); Indonésia em oportunidades econômicas (24) e Turquia em participação econômica (22), o que reflete, sem dúvida, liberdades econômicas cada vez mais disponíveis para mulheres em países islâmicos. Embora constituam um estímulo, os investimentos impressionantes de países do Oriente Médio e do Norte da África na educação feminina nos últimos anos, aumentando seu potencial produtivo e capacidade de ganhos, fica evidente que, pela baixa classificação desses países na participação na força de trabalho – entre as mais baixas do mundo – a região não está se beneficiando dos retornos potenciais desse investimento. Apesar de terem ratificado a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, falta à maioria dessas nações uma estratégia coerente para o empoderamento das mulheres. Essa prática será necessária para a construção das realizações obtidas, aprendendo com erros cometidos no passado e melhorando o futuro das mulheres nessas economias.

DESEMPENHO

regional e por país

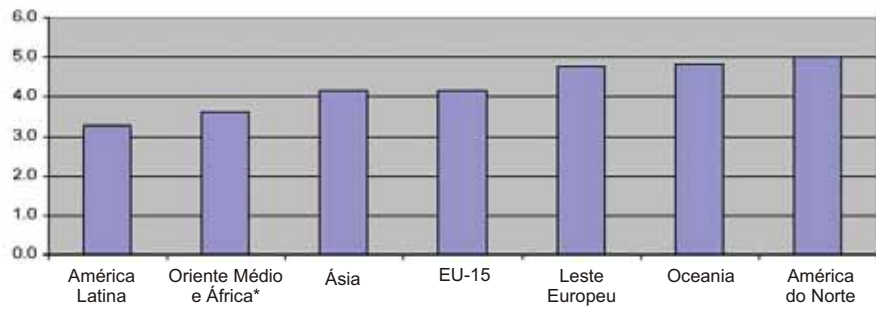
Os gráficos seguintes refletem os resultados da Pesquisa. Os primeiros seis mostram o desempenho de cada região no índice global e também os cinco componentes abordados. Na seqüência, números ilustram seis casos selecionados - Suécia (1), Reino Unido (8), Estados Unidos (17), China (33), Grécia (50) e Egito (58) -, apresentando vantagens e desvantagens relativas a cada nação. Finalmente, apresentamos dois quadros: um mostra a correlação entre a classificação dos Indexes de Disparidade de Gênero e dos Indexes de Competitividade de Crescimento entre 2004-2005. O outro mostra a correlação entre o Índice de Disparidade de Gênero e o desenvolvimento do Produto Interno Bruto *per capita*. Embora a correlação não vincule, necessariamente, causa, essas comparações proporcionam indicação preliminar do vínculo entre empoderamento das mulheres e potencial de crescimento a longo prazo de uma nação.

RESULTADOS MÉDIOS GLOBAIS POR REGIÃO

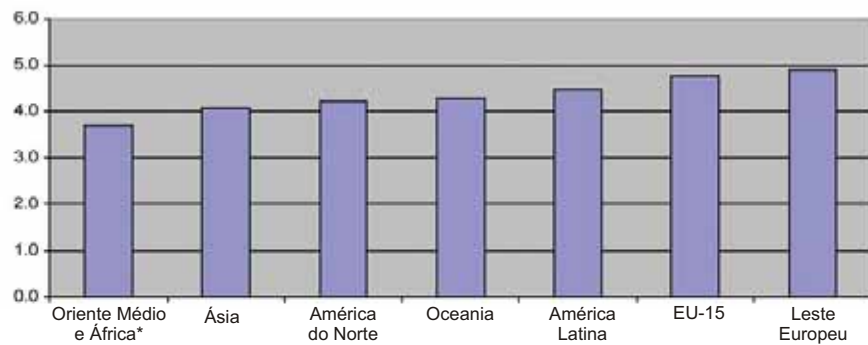


* Inclui Israel; ** Inclui México; *** Inclui Rússia e Turquia; ****Inclui os 15 membros da Comunidade Européia até maio de 2004 e Islândia; ***** Inclui a Austrália e Nova Zelândia.

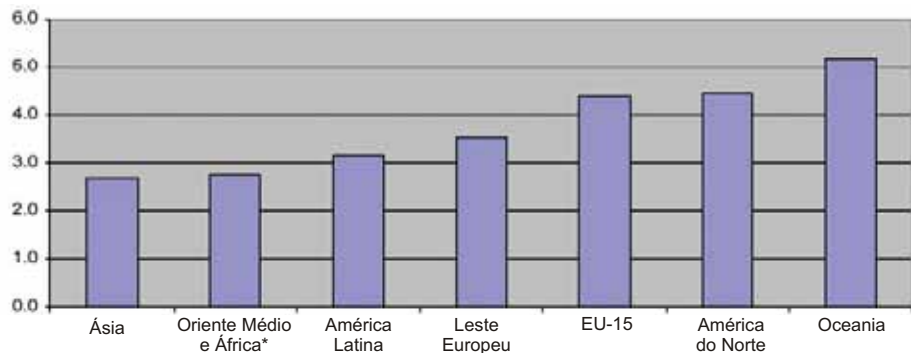
PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA



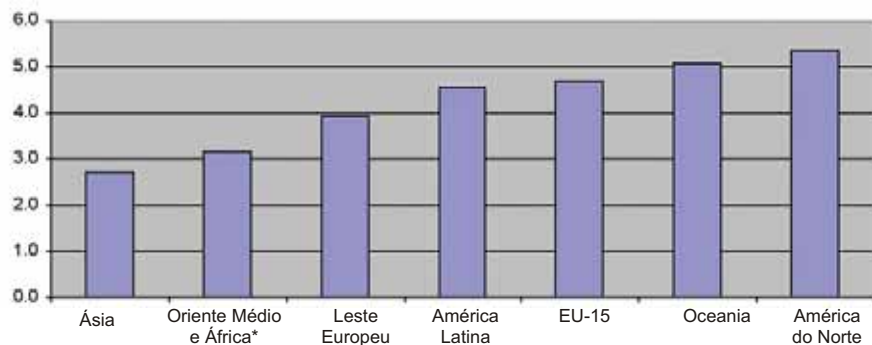
OPORTUNIDADE ECONÔMICA



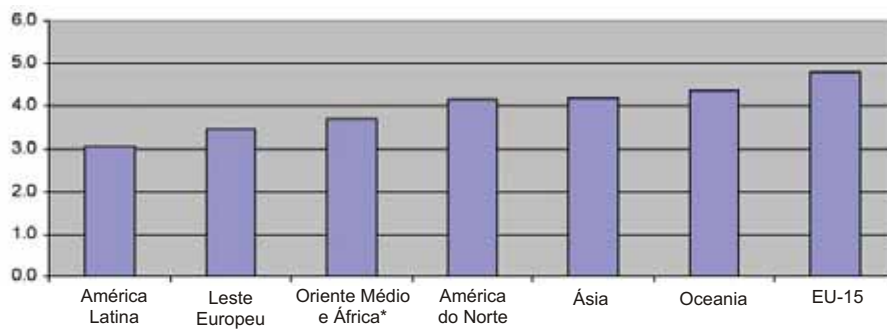
EMPODERAMENTO POLÍTICO



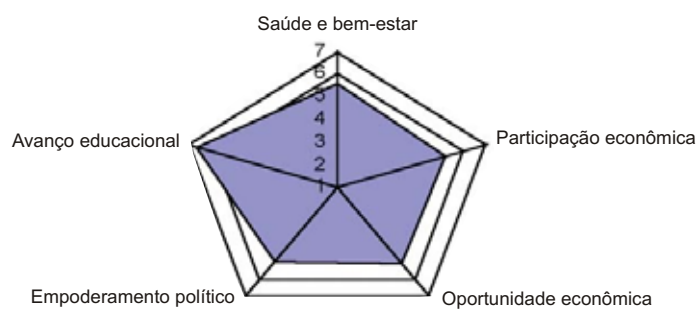
AVANÇO EDUCACIONAL



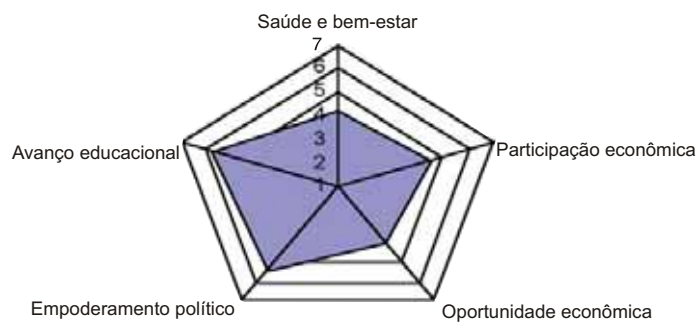
SAÚDE E BEM-ESTAR



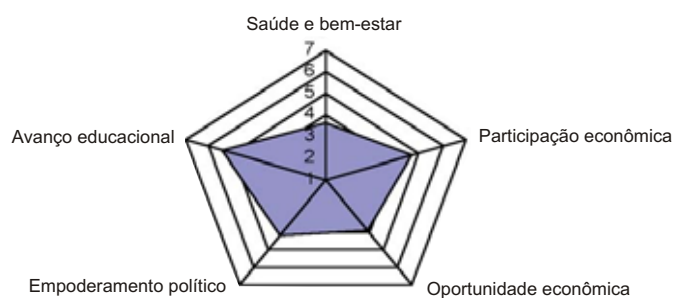
SUÉCIA (1)



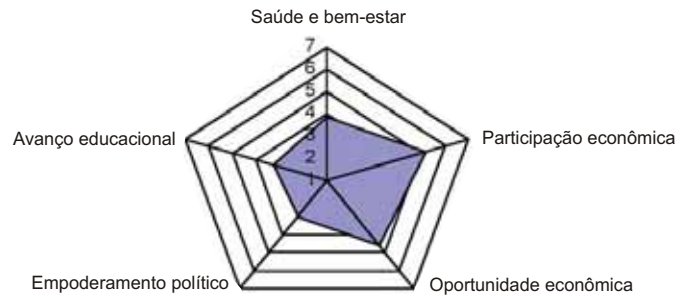
REINO UNIDO (8)



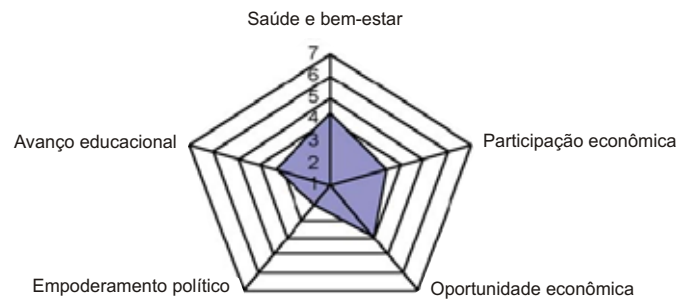
ESTADOS UNIDOS (17)



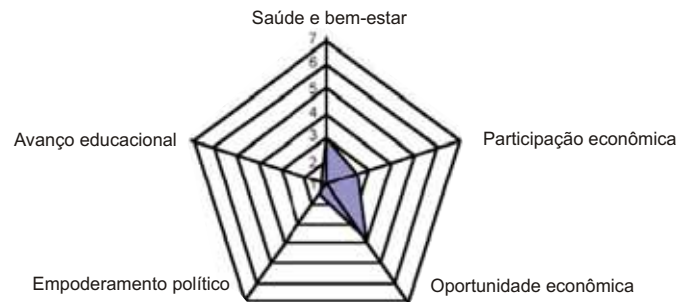
CHINA (33)



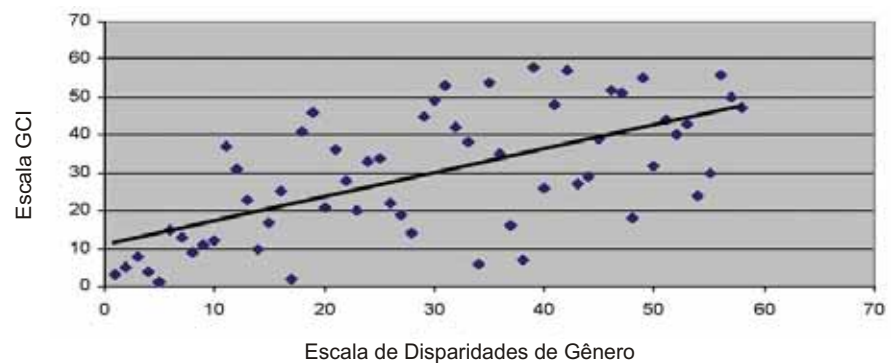
GRÉCIA (50)



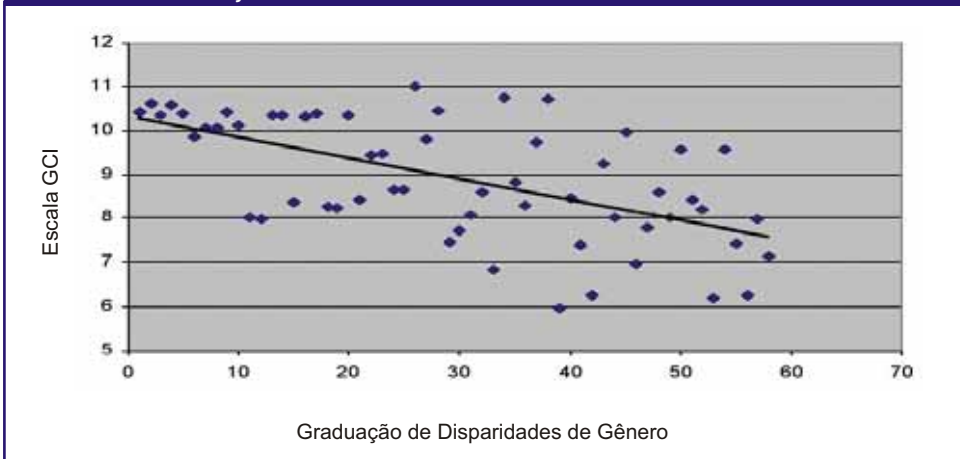
EGITO (58)



CORRELAÇÃO: CLASSIFICAÇÕES DOS ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE DO CRESCIMENTO (GCI) E DE DISPARIDADES DE GÊNERO



CORRELAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DO PIB PER CAPITA E CLASSIFICAÇÕES DE DISPARIDADES DE GÊNERO



CONCLUSÕES

Não existem modelos verdadeiros de igualdade de gênero. Considerando o lamentável quadro internacional, quem trabalha com disparidades de gênero sabe que nenhum país do mundo, até o momento, conseguiu superá-las. É verdade que os países nórdicos estão chegando perto e ocupam o primeiro lugar ao oferecer às mulheres qualidade de vida quase igual à dos homens, com níveis de participação política comparáveis, além de oportunidades e participação educacional e econômica relativamente idênticas. No entanto, conforme aponta este estudo, outros países apresentam amplas variações, ficando bem atrás em determinadas áreas. Alguns, em todas as cinco dimensões.

À parte dessa conclusão geral, e de amplas comparações entre países, os dados aqui apresentados apontam disparidades registradas nos países e, em alguns casos, ou confirmam informações obtidas de outras formas ou, em outros, contrariam suposições prevalentes.

Ao identificar e quantificar a disparidade de gênero, este estudo espera oferecer aos formuladores de políticas uma ferramenta que indica direção e foco para a melhora significativa do potencial econômico, político e social de todos os seus cidadãos. Além disso, espera-se que este trabalho impulse os formuladores de políticas a fortalecerem seu compromisso com o empoderamento das mulheres e a concentrar a vontade, energia e recursos políticos, em união com agências de fomento e organizações da sociedade civil, para tornar realidade a igualdade de gênero.

Categorias de Disparidade de Gênero	Fontes
Participação Econômica	
Desemprego feminino (na força de trabalho feminina) em relação percentual ao desemprego masculino (na força de trabalho masculina), 2002 ou ano mais recente disponível	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2004 (Banco Mundial)
Desemprego entre mulheres jovens (na força de trabalho feminina com idade entre 15 e 24 anos) em relação percentual ao desemprego masculino (na força de trabalho masculina com idade entre 15 e 24 anos), 2002 ou ano mais recente disponível	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2004 (Banco Mundial)
Proporção da renda feminina estimada em relação à masculina	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Índice de atividade econômica feminina em relação percentual ao índice de atividade econômica masculina	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Igualdade salarial entre mulheres e homens em trabalho similar	Pesquisa Executiva de Opinião, 2004 (World Economic Forum)
Oportunidade Econômica	
Semanas de licença-maternidade pagas concedidas por país	Organização Internacional do Trabalho, 1998
Benefícios de licença-maternidade (percentual de salários pagos no período coberto)	Organização Internacional do Trabalho, 1998
Trabalhadoras profissionais e técnicas (em relação percentual ao total)	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Disponibilidade de creches oferecidas pelo governo	Pesquisa Executiva de Opinião, 2004 (World Economic Forum)
Impacto de leis sobre maternidade na contratação de mulheres	Pesquisa Executiva de Opinião, 2004 (World Economic Forum)
Igualdade entre mulheres e homens em empregos no setor privado	Pesquisa Executiva de Opinião, 2004 (World Economic Forum)
Empoderamento Político	
Duração no cargo de presidentes mulheres ou primeiras-ministras nos últimos 50 anos	Várias fontes nacionais
Mulheres no governo em nível ministerial (em relação percentual ao total), 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD); Várias fontes nacionais
Cadeiras no parlamento ocupadas por mulheres (em relação percentual ao total), 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Mulheres legisladoras, funcionárias sênior e gerentes (em relação percentual ao total), 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)

Continua

Categorias de Disparidade de Gênero	Fontes
Avanço Educacional	
Média de anos de escolaridade, mulheres em relação percentual a homens, 2002 ou ano mais recente disponível	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2003 (Banco Mundial)
Proporção mulher-homem, matrícula bruta no nível primário, 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Proporção mulher-homem, matrícula bruta no nível secundário, 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Proporção mulher-homem, matrícula bruta no nível superior, 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD)
Alfabetização entre adultos, índice feminino em relação percentual ao masculino, 2002 ou ano mais recente disponível	Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004 (PNUD); Várias fontes nacionais
Saúde e bem-estar	
Partos atendidos por profissionais de saúde capacitados (percentual do total), 2002 ou ano mais recente disponível	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2004 (Banco Mundial); Base de Dados de Saúde Reprodutiva da OMS; Várias fontes nacionais
Taxas de fertilidade entre adolescentes (nascimentos por mulheres com idade entre 15 e 19 anos), 2002 ou ano mais recente disponível, adaptado por número de médicos	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2004 (Banco Mundial); Várias fontes nacionais
Índice de mortalidade materna por cada 100.000 nascidos vivos, 2002 ou ano mais recente disponível, adaptado por número de médicos	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2004 (Banco Mundial); Base de Dados de Saúde Reprodutiva da OMS; Várias fontes nacionais
Taxa de mortalidade infantil por cada 1.000 nascidos vivos, adaptado por número de médicos	Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2004 (Banco Mundial)
Eficácia de esforços governamentais para redução da pobreza e desigualdade	Pesquisa Executiva de Opinião, 2004 (World Economic Forum)

- 1 Lopez-Claros é o principal economista do World Economic Forum e diretor do Programa de Competitividade Global. Zahidi é economista do Programa de Competitividade Global. Os autores gostariam de agradecer a Nancy Ackerman, Jennifer Blanke, Mario Blejer, Margareta Drzeniek, Peter Heiler, Laura Deal, Carolyn Hannan, Joseph Ingram, Waafas Ofosu-Amaah, Ladan Rahmani, Maria Rivero-Fuentes, Mallika Shakya e Beatrice Weder por seus importantes comentários e sugestões.
- 2 Escritório das Nações Unidas do Assessor Especial para Questões de Gênero.
- 3 Sadler, 2004.
- 4 Nações Unidas, 2001.
- 5 Ibid.
- 6 A Divisão Nacional de Homicídios do Governo da Índia registra até 6.000 casos de mortes anuais relacionadas a dotes matrimoniais.
- 7 Centro Feminista de Saúde da Mulher, 2004.
- 8 Ibid.
- 9 Ibid.
- 10 União Interparlamentar, 2004.
- 11 Ver, por exemplo, o capítulo de Artadi e Sala-i-Martin no Relatório de Competitividade Global de 2004-2005.
- 12 Ver Sen, 1999.
- 13 UNIFEM, 2000. Valores de renda feminina para cada US\$ 1 ganho por homens, tanto nos setores industrial e de serviços quanto no de manufaturados, são praticamente idênticos e variam de 53 centavos no Azerbaijão a 90 centavos na Austrália, porém, com correlação muito inexpressiva entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- 14 Marcoux, 1998.
- 15 Ghosh, 1999.
- 16 Elson, 2004.
- 17 Bridge, 2004.
- 18 Nações Unidas, Women Watch, baseado na "Revisão e Avaliação da Implementação da Plataforma de Ação de Pequim: Relatório do Secretário-Geral (E/CN.6/2000/PC/2). Acesso por meio eletrônico: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/fs1.Htm>.
- 19 Mulheres Advogadas de Yale, 2001.
- 20 Organização Internacional do Trabalho, 1997.
- 21 Wirth, 2004.
- 22 Hewlett, 2002.
- 23 União Interparlamentar, op.cit.
- 24 OneCountry, 1993.
- 25 Banco Mundial, 1993.
- 26 Ver, por exemplo, Hill et al., 1995; Klasen, 2002; Summers, 1992.
- 27 Leach, 1998.
- 28 USAID, 2001.
- 29 USAID, 2001, página 3.
- 30 Organização Mundial da Saúde/UNICEF, 1996.
- 31 Paternidade Planejada, 2000, com citações de trabalhos do Instituto Alan Guttmacher, 1997.
- 32 International Herald Tribune, Quarta-feira, 30 de março de 2005.
- 33 Organização Nacional de Mulheres, 2005.
- 34 Parlamento da Austrália, 2002.
- 35 Anistia Internacional, 2004.
- 36 Ibid.
- 37 A fórmula padrão utilizada para converter dados brutos variáveis na escala de 1 a 7 é: $6 \times (\text{valor do país-amostra mínima}) / (\text{amostra máxima-amostra mínima}) + 1$.
- 38 De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, governos do Oriente Médio e do Norte da África gastaram, em média, cerca de 5,5% do PIB com educação, índice superior ao de qualquer outra região do mundo, incluindo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Organization for Economic Cooperation and Development). No entanto, as taxas de participação feminina na força de trabalho desses países são as menores do mundo, o que sugere que as regiões ainda não estão se beneficiando dos retornos potenciais desse investimento.
- 39 Kellerman et al.
- 40 Gray, 1990.
- 41 Ali-Rjza, 2005.
- 42 Ibid.

WORLD
ECONOMIC
FORUM

COMMITTED TO
IMPROVING THE STATE
OF THE WORLD

O World Economic Forum é uma organização internacional independente, comprometida com a melhoria das condições de vida do mundo, por intermédio do engajamento de líderes em parcerias, para moldar as agendas global, regional e industrial.

Incorporado como fundação em 1971, e com sede em Genebra, Suíça, o World Economic Forum é imparcial e sem fins lucrativos. Não está submetido a interesses políticos, partidários ou nacionais.

www.weforum.org



WORLD ECONOMIC FORUM

COMMITTED TO
IMPROVING THE STATE
OF THE WORLD

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher



APOIO

